

# Momento da Verdade

O sentido de apoteose a céu aberto deu à campanha eleitoral a importância que não conseguiu no seu lançamento, mas não elimina as falhas de um padrão político obsoleto. Boa parte do acervo tradicional da política brasileira ficou para trás. Os partidos políticos pouco tiveram a ver com o espetáculo final: os candidatos é que movimentaram massas de eleitores por onde há cidadãos. Ou seja, por todo o país. Certos candidatos e partidos que não corresponderam às novas necessidades políticas habilitam-se a ser varridos da cena, ou a passar por uma reeducação regeneradora.

O intervalo entre a campanha e o dia da eleição é o tempo de reflexão que a lei reserva aos candidatos e aos eleitores para que a razão tenha a palavra final. O voto não é o produto de uma emoção pessoal, mas de uma responsabilidade cívica. O êxito da sucessão presidencial só se materializou quando a disputa permeou toda a vida brasileira. Das escolas ao recesso dos lares, do trabalho aos clubes de lazer, o final da campanha acelerou nos eleitores uma definição que cada um procurará tornar um ato de consciência política. A intensidade cívica tardou, porque o curso da campanha também não explicitou a definição dos candidatos sobre o que é essencial para uma sociedade extenuada por uma interminável corrida de obstáculos. A nação, que havia feito nas ruas a opção pelo pleito presidencial direto, esperou seis anos para ser chamada às urnas.

O *JORNAL DO BRASIL* absteve-se de exercer qualquer preferência política por um dos candidatos ou de graduar o espaço no noticiário. A igualdade dependeu, no entanto, da capacidade de cada um para criar fatos eleitorais. Entende que a sua isenção no curso da campanha o desobriga de recomendar qualquer dos nomes habilitados. A eleição presidencial em dois turnos é uma inovação que, depois de longa resistência oligárquica, foi reconhecida como fator de estabilidade política. Sendo a primeira vez, era natural que, depois de vinte e nove anos de presidentes eleitos indiretamente, a sucessão presidencial oferecesse um leque de candidaturas que supera a variedade de tendências políticas na sociedade brasileira.

O fato político de significação histórica é, portanto, a eleição presidencial. O clima da campanha não foi propício aos fantasmas que habitam os porões da República. Desta vez não se ouviram ameaças veladas de que a vontade das urnas pudesse ser violentada. A única insinuação não partiu da campanha, e foi repelida por toda a sociedade.

A campanha chegou ao seu final como uma festa de participação, sem excluir o desejo de transformações que a sociedade não tem deixado de manifestar desde que o sentimento democrático se reencontrou nas ruas na campanha pela eleição direta. A partir daquele episódio, a nação não cometeu nenhum ato de contradição. Os políticos, sim. Os partidos e os políticos não entenderam que a opinião pública não é uma figura de retórica, e que os grandes problemas nacionais não podem esperar indefinidamente.

A sociedade plantou-se na sua disposição democrática, e esperou a sucessão presidencial para exprimir o seu descontentamento. Não é por acaso que as candidaturas que se habilitam, efetivamente, identificaram-se com as aspirações de moralidade pública. Os candidatos que negligenciaram o compromisso com a moralidade acabaram falando sozinhos.

O final da campanha não deixou no ar o rastilho do esquerdismo, que é a mais infantil das armas antidemocráticas utilizadas nas eleições. A antieleição presidencial sempre manipulou o medo da esquerda como um risco inerente à desigualdade social e às situações de dificuldades econômicas. A liberdade política era incumbida de pagar o preço do retrocesso. Desta vez ficou demonstrado o oposto: a ampla liberdade não acarretou qualquer exacerbação ideológica. Nem a esquerda tirou proveito da eleição presidencial, embora se tenha apresentado sem qualquer constrangimento, nem a direita precisou assumir formas arcaicas e ressuscitar argumentos arquivados.

A situação internacional contribuiu, e

muito, para que a eleição presidencial ficasse fora de uma temática que não diz respeito à democracia brasileira. A campanha, sem descer às raízes, enfeixou as grandes questões em torno da inflação e do envelhecimento da máquina de governo. O Estado não consegue enganar a mais ninguém. De alguma forma, todos concordaram no diagnóstico de que há excesso de controle estatal sobre a economia e a sociedade no Brasil. A divergência se restringe à quantificação do que excede as necessidades e às formas de corrigir a ineficácia na administração pública.

A liberdade de imprensa é parte de um conceito que implica a liberdade de iniciativa sem a qual não há economia de mercado. Um regime de produção que se funda sobre favores do Estado e foge dos riscos da competição nega o princípio da liberdade indivisível. A reserva de mercado, tão bem protegida pelo Estado desde o regime autoritário, é o disfarce para a incompetência.

Os candidatos que se identificam com um diagnóstico geral divergem menos sobre as causas do que calam sobre a correção dos males. O mais citado é a dívida externa: ficam entre renegociar a dívida ou suspender o pagamento. São argumentos de campanha. Antes, a dívida se prestava a bravatas que, desta vez, ninguém ousou repetir como compromisso. Do que se disse é lícita a certeza de que a dívida externa não será mais um assunto conduzido sem a audiência da opinião nacional. O Congresso e, portanto, a sociedade, terão participação e responsabilidade na condução dos entendimentos.

A ausência de poluição ideológica permitiu também que os candidatos fossem vistos no perfil que têm fora das temporadas eleitorais. A sociedade deu sinais de que está atenta a uma visão universal que coincidiu com a sucessão presidencial. Não quer mais ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando, nem oferecer pretextos anacrônicos a uma disputa ideológica retardatária. A campanha tocou o seu âmago no final, quando os vinte anos de mistificação tecnocrática e os cinco de clientelismo com fumaças de social foram reunidos no mesmo repúdio pelos cidadãos. Os eleitores demonstraram não acreditar que o nacionalismo econômico possa produzir mais do que fantasmas que ajudam a reserva de mercado e a manter áreas de privilégio.

Não é apenas a economia estatal que entrou em crise: também o capitalismo com reserva de mercado é responsável por essa crise que sacrifica a sociedade, escraviza os consumidores e confina os produtores às decisões do Estado e, em consequência, ao tráfico político que é, comprovadamente, a matriz de larga corrupção.

Transformação modernizadora e participação democrática são coordenadas que localizam os eleitores na perspectiva de uma visão em que o Brasil aparece liberto da tutela econômica do Estado, dos privilégios acintosos e da retórica para vestir velhos conceitos com palavras novas. Foram sepultados nesta campanha, sem grande acompanhamento, alguns estilos antiquados de definir responsabilidades.

É preciso dizer aos brasileiros, quando voltam a eleger o presidente da República, que a eleição não terá o efeito mágico e instantâneo de disparar soluções para problemas que geraram hábitos viciosos de administrar e fazer política. A legitimidade do presidente a ser eleito não inverte a curva das dificuldades econômicas e administrativas: ela permitirá, no entanto, que o eleito possa dispor da confiança para a redistribuição de sacrifícios proporcional aos benefícios auferidos ao longo dos tempos de privilégio.

O governo que emergir do mar de votos no segundo turno não poderá pretender qualquer vantagem política senão da franqueza com que se dirigir aos eleitores que são cidadãos animados pela esperança, contribuintes ao alcance da crise e consumidores punidos pela inflação.

Os brasileiros chegaram ao fim da campanha aspirando alento, mas não querem ser enganados por promessas vãs. Preferem a verdade, só a verdade, nada mais que a verdade. A hora da verdade não aceita qualquer forma de mentira.